

Modalidade: Sessão de Comunicação
Área: História Econômica e Economia Brasileira
Subárea: História Econômica e Social Brasileira

**BENEDITO VALADARES E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS
(1933-1945)**

Camila Amaral Pereira

Estudante de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Econômico

Universidade Estadual de Campinas

camilaeconomia@outlook.com

Daniel do Val Cosentino

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto,

Doutorando em História Econômica USP

dcosentino@terra.com.br

BENEDITO VALADARES E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS (1933-1945)

Resumo: Este trabalho discute o governo de Benedito Valadares em Minas Gerais de 1933 a 1945, para melhor contribuir na interpretação da industrialização do estado. Nossa hipótese central versa que em detrimento da desarticulação industrial mineira, antes de 1930, caberia uma articulação em conjunto da base política e econômica para tentar suplantá-lo seu desenvolvimento. Para tanto, discutimos as diversas interpretações a respeito da origem da industrialização brasileira e apontamos que esta abordagem reflete especificamente a região de São Paulo. Em seguida procuramos adequar tais condições do modelo tradicional da industrialização do país à região de Minas Gerais. Finalmente, argumentamos que esta adequação não é possível e, portanto, a industrialização de Minas não poderia percorrer o mesmo caminho paulista. Desta forma, analisamos as intenções industrializantes na ação do setor público mineiro durante o governo de Benedito Valadares. Tal análise indica que, para a construção do desenvolvimento de Minas Gerais, devido à ausência de fatores econômicos favoráveis, bem como, pelas suas características próprias, seja na estrutura produtiva, no contexto histórico e na geografia singular, apoiou-se no exercício do governo para tentar dar suporte a sua acumulação industrial.

Palavras-chave: Industrialização; Minas Gerais; Benedito Valadares

Abstract: This paper discusses the government of Benedito Valadares in Minas Gerais, 1933-45, aiming to contribute to the interpretation of Minas Gerais industrialization. Our hypothesis suggests that a political and economic coordination around the development was required to Minas Gerais given its industrial disarticulation before 1930. For this, we argue that the process of industrialization of Minas did not follow the traditional model, developed by economic historiography to analyze the case of São Paulo. Therefore, we analyze the economic and industrializing measures of Benedito Valadares's government. Thus, we hold the idea that structural issues conditioned the Minas Gerais industrial development from government action.

Keywords: Industrialization; Minas Gerais; Benedito Valadares

1. INTRODUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre a temática da industrialização brasileira, percebemos que existem vários estudos a seu respeito, porém dadas a multiplicidade das economias regionais do país, pouco se analisa pormenorizadamente cada espaço.

Este trabalho tem justamente o esforço de analisar um espaço econômico específico, a região de Minas Gerais, que diante da imagem de um passado de riqueza no período da mineração, enfrentou um processo de modernização econômica contrastante e peculiar se comparado a outras regiões do país.

Bem nos lembra Francisco Iglésias,¹ de que “o conhecimento que se tem de Minas é precário: a sua história tem mais problemas e hipóteses que certeza”. Reforçando a importância de se estudar a região mineira.

Com o objetivo de melhor contribuir para a interpretação da industrialização de Minas Gerais, analisamos o governo de Benedito Valadares (1933-1945). Conquanto, não deixamos de abordar as pré-condições de seu processo industrial.

A hipótese central deste trabalho sugere que, em detrimento da desarticulação industrial mineira (baixo desenvolvimento industrial), antes de 1930, caberia uma articulação em conjunto da base política e econômica para tentar permitir seu desenvolvimento.²

Para tanto, o artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A próxima seção apresenta o que é retratado na literatura econômica convencional sobre o processo da industrialização brasileira e suas diferentes interpretações. A terceira seção trata do modelo geral da industrialização brasileira e a industrialização de Minas Gerais, detalhando que, o modelo clássico que é construído

¹IGLÉSIAS, Francisco. *Breve história econômica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, publicação avulsa, s/d.

²Entendemos a questão industrial, como sinônimo de desenvolvimento, pois a partir dos anos 1930, a literatura brasileira explicava que “as nações que se industrializam haviam se desenvolvido” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.26)

para se estudar a industrialização brasileira é sinônimo da região de São Paulo, o qual se torna o centro industrial do país. E que a industrialização de Minas não poderia percorrer o mesmo caminho paulista. Pois a região mineira apresenta características próprias, sua estrutura produtiva, seu contexto histórico, sua geografia, são singulares.

Na quarta seção, analisamos a ação do governo mineiro em termos de sua formação industrial a partir dos anos 1930; na gestão pública estadual do governador Benedito Valadares (1933-1945). Período em que, o estado de Minas se propôs a organizar um mecanismo de construção de desenvolvimento econômico, que na ausência de fatores constitutivos por meio de aspectos da condição econômica favorável, - como foi o caso de São Paulo - o estudo clássico da industrialização brasileira, apoiou-se nas características do governo intervencionista para dar suporte à acumulação industrial mineira. Por fim, a última seção é reservada para as considerações finais.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL: DIFERENTES INTERPRETAÇÕES³

O estudo clássico de Celso Furtado, “Formação Econômica do Brasil”,⁴ principalmente na quinta parte “Economia de transição para um sistema industrial século XX” demonstra o processo de industrialização no início dos anos 1930, que diante das características do complexo cafeeiro⁵, da Grande Depressão⁶ e do

³Wilson Suzigan, no livro *Indústria brasileira origem e desenvolvimento*. Nova edição – São Paulo: Hucited. Ed. Da Unicamp, 2000. Estuda as diferentes interpretações do desenvolvimento industrial brasileiro, apresentando os principais períodos desta controvérsia, como: o período entre fins da década de 1880/1890; o período da I Guerra Mundial e o período dos anos 1930. Porém, estes períodos não serão objetos explícitos da análise deste trabalho.

⁴FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵O termo “complexo cafeeiro” é utilizado pelo autor Wilson Cano, para explicar as características estruturais da dinâmica do setor cafeeiro, a qual prevalece a “economia exportadora de trabalho assalariado, passando por uma rápida monetização das relações econômicas e induzindo efeitos “virtuosos” internos, como a construção da infraestrutura de transportes, a urbanização e seus serviços e o desenvolvimento de algumas indústrias de consumo”. Ver mais, em: CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Editora T.A. Queiroz, São Paulo, 1983.

⁶Quando a “Depressão Econômica Mundial” atingiu o Brasil em 1929, a economia já se encontrava em crise. Havia um enorme estoque de café devido à política de defesa permanente do produto e uma perspectiva de safra recorde em 1929-30, então os preços então começaram a cair. A este propósito, ver: VILLELA, A. e SUZIGAN, W. *Política de governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*.

colapso do comércio mundial “praticamente impuseram a política de defesa da renda interna”, mediante o financiamento dos estoques de café com crédito doméstico, política que foi responsável pela amenização da crise externa e recuperação da economia brasileira.

Dada às reduções das exportações no período da crise, segundo Furtado, as políticas do governo baseadas na retenção e conseqüente destruição do café, objetivavam a “socialização das perdas” por meio da qual, com a manutenção de preços mínimos de sua compra, protegia o setor cafeeiro, garantia o nível de emprego desta economia e remunerava o mercado interno.

A partir desta interpretação, podemos entender que este processo contou com grande participação do Estado⁷, pois não se podia deixar de atender aos interesses do setor cafeeiro, que mesmo em crise, era o principal produto exportador da economia do país. Assim, a redução das exportações também diminuía os recursos disponíveis para o investimento na economia brasileira, o que reduzia a capacidade de importação⁸.

Celso Furtado observa ainda⁹, que na época da Grande Depressão, ao mesmo tempo em que as importações reduziam, a produção industrial aumentava, o que se entende como o “processo de substituição de importações”, dado que ao manter a procura interna com condições mais favoráveis que a externa, o mercado interno passou a proporcionar melhores oportunidades de inversão que o setor exportador.

Percebemos, portanto que Furtado caracteriza este processo como o “deslocamento do centro dinâmico”, dada a internalização da economia, com sua análise agora voltada para “dentro” do país, ou seja, o papel do setor exportador como principal determinante do crescimento da renda interna foi reduzido, dando espaço para

Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. E também AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização. Editora: Brasiliense, São Paulo, 1981.

⁷ Ver também, KEYNES, J. M. (1936). *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983. Este autor analisa a economia na crise de 1929, demonstrando a importância do Estado para assegurar o emprego em momentos de crise na economia. Vale ressaltar, que antes mesmo, de escrever esta teoria, Furtado já fazia uma “análise keynesiana” do processo econômico brasileiro.

⁸ Além da desvalorização do câmbio, que se utilizou para enfrentar a crise do setor exportador (que, ao mesmo tempo, encareceu as importações).

⁹ FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo, Nacional, 1981.

as atividades econômicas relacionadas ao mercado interno.

O “processo de substituição de importações” foi bem descrito e definido na obra clássica de Maria da Conceição Tavares, “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”¹⁰, onde o início deste processo é descrito como:

Historicamente vinculado à grande depressão mundial dos anos trinta, mas para fins analíticos poder-se-ia considerar como ponto de partida qualquer situação de desequilíbrio externo duradouro que rompesse o ajuste entre a demanda e produção internas descrito no modelo tradicional exportador. (TAVARES, 1978, p. 42)

Entende-se, portanto, o termo “substituição de importações” como um processo de desenvolvimento interno que se orienta dada as restrições externas. Assim, a produção industrial interna passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação de renda do país.

Partindo do exposto anteriormente, Celso Furtado descreve que o processo industrial do país, aconteceu no contexto de crise do setor exportador. Ou seja, as dificuldades de comércio internacional e as políticas de defesa do café.

Carlos Manuel Peláez (1972) ao escrever a “História da industrialização brasileira” concentra-se na década de 1930. Especificamente na crítica à interpretação de Celso Furtado a respeito da “política de defesa do café” sobre os níveis de renda, como um dos principais argumentos da recuperação da economia brasileira na época da Grande Depressão.

Este argumento da “política de defesa do café”, para Peláez, não é válido, pois segundo ele a defesa do setor cafeeiro não foi “financiada pela criação de crédito interno”. Mas sim, pela “cobrança de novos impostos sobre o próprio setor cafeeiro”, indicando uma política fiscal ortodoxa, de aumento de impostos e que esta política econômica atrasou a recuperação da economia brasileira.

A respeito da industrialização dos anos 1930, João Manuel Cardoso de Mello em seu conhecido trabalho “O capitalismo tardio”¹¹, observa que este novo

¹⁰TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 7ª ed. Rio de Janeiro. Ed: Zahar, 1978.

¹¹ MELLO, J.M. C. *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense, São Paulo, 1988.

modelo de acumulação é um processo industrial, “considerado o processo de constituição das forças produtivas capitalistas”.

Assim, Cardoso de Mello relata que o “crescimento industrial deu-se como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. Dado que, foi na região da expansão cafeeira que se originou a indústria do país, porque era nesta região que se tinham os meios de produção e a força de trabalho do modo de produção capitalista¹², como: mão de obra assalariada, acumulação de capital, constituição do mercado interno, urbanização, ou seja, um campo propício para a industrialização.

Warren Dean¹³ analisa a industrialização do país e observa que, o “crescimento industrial ocorria durante períodos de expansão das exportações e era interrompido pelas crises no setor exportador, por exemplo: Grande Depressão da década de 1930” (DEAN, 1976, p.21). Ou seja, era a expansão das exportações de café que criava o mercado interno e as condições para a industrialização do país e não a crise do setor exportador.

Ainda, segundo Dean, foi no “período em que o café aumentou sua venda, que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu e durante os anos de queda da venda do café, o comércio local declinou-se.” (p.93-94)

Por outro lado, Albert Fishlow¹⁴ caracteriza a Depressão nos anos de 1929 como de grande importância para o Brasil, em virtude do aumento na taxa de crescimento econômico e do processo de substituição de importações, devido à manutenção do nível de demanda interna.

Ademais, Versiani e Versiani¹⁵ procuram demonstrar que a preocupação de identificar “choques adversos” (períodos de crises econômicas) para se explicar a industrialização do país, bem como apenas a análise da “industrialização induzida pela expansão das exportações” conduz uma “visão limitada do processo” (VERSIANI &

¹² Ver, Marx, Karl. *O Capital*. Livro 1, Volume 1. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

¹³ DEAN, W. 1976. *A industrialização de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo, DIFEL/EDUSP.

¹⁴ FISHLOW, A. *Origens e consequências da substituição de importações no Brasil*. Estudos Econômicos, 1972.

¹⁵ VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição*. In: VERSIANI, F.R. e BARROS, J.R.M., org. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, 1977.

VERSIANI, 1977, p.123). Para estes autores, estas interpretações não podem ser entendidas como o processo geral da industrialização do país, pois

Nas interpretações da industrialização brasileira costumam se distinguir esquematicamente duas posições opostas, no que toca à relação entre atividade exportadora e produção interna de manufaturas: a da “teoria dos choques adversos” — que associaria o crescimento da indústria com as fases de crise na atividade exportadora — e a da “complementaridade”, que vê a industrialização como basicamente promovida pelo crescimento das exportações. À luz de nossos argumentos acima, ambas as colocações parecem incompletas: o início da industrialização surge como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades no setor externo com períodos em que a economia voltou-se mais para o exterior. De um lado, evidencia-se o fato de que os “choques adversos” não teriam tido o impacto que tiveram, na ausência de fases anteriores de formação de capacidade produtiva. De outro lado, a interpretação da industrialização como um resultado direto da expansão das exportações aparece como notoriamente insuficiente e simplista (VERSIANI e VERSIANI, 1977, p. 141).

Em síntese, estes autores também chamam atenção em seus estudos para a importância do Estado, que “desempenhou um papel positivo na promoção do desenvolvimento industrial, dada a concessão de incentivos e subsídios às indústrias específicas” (VERSIANI e VERSIANI, 1977, 128-136) ¹⁶.

Já Pedro Fonseca¹⁷, em interpretação mais recente, busca reconstruir a história do capitalismo do Brasil por meio da análise dos discursos do presidente da época - Getúlio Vargas - a industrialização brasileira foi “intencionalmente promovida pelo governo”, - trabalhando com uma metodologia diferente em relação a Furtado, que observa a industrialização como “subproduto” da política de defesa dos interesses do café e de ter ocorrido de forma não intencional - por meio da criação de “instituições”. Desse modo,

O desenvolvimentismo, assim, foi-se formando e se consolidando como ideologia, ao nortear e justificar o reordenamento de leis e práticas de política econômica, bem como mudanças e criação de instituições. Foram se

¹⁶Esta afirmação dos autores baseou-se nos estudos da indústria têxtil algodoeira.

¹⁷FONSECA. P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. Revista Economia Política, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.

formando novas crenças, valores, símbolos e padrões de comportamento – ou seja, o amplo significado abarcado pela palavra instituição e que enfatiza sua importância e complexidade, que de forma alguma pode ser reduzido apenas a órgãos, mas abarca todo um conjunto de regras, normas, comportamentos e símbolos. (FONSECA, 2003, p. 11)

Entendendo as “instituições” como políticas de governo, este autor argumenta que as instituições concebidas a partir de 1930 evidenciam sua “opção” industrializante, apresentando mecanismos como forma de reorientar a economia. Por exemplo, a criação do “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), o Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto de Açúcar (1933) seriam setores que reforçariam o pensamento de que a industrialização foi intencional, dada ao surgimento ou modificação de diversas instituições para acomodá-la”.

Apresentada as diversas interpretações da industrialização do país, nota-se que o foco das discussões dos autores, dentre outros, se dá entre a relação da crise (internacional e do café) e/ou a expansão das exportações e que todas as interpretações discutem a industrialização do Brasil a partir da atividade cafeeira.

3. O MODELO GERAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS

Diante do que foi exposto anteriormente, observa-se que a literatura econômica retrata o modelo industrial do Brasil estritamente relacionado à atividade cafeeira - que era o principal produto de exportação do país - a qual detinha o acúmulo de capital para se investir no segmento industrial.

Segundo Sérgio Silva¹⁸ “é na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é **mais acelerado** e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira” (grifo nosso) (SILVA, 1981, p. 17) ¹⁹.

¹⁸SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1981.

¹⁹É importante perceber que quando o autor, explica que na região do café “o capitalismo é mais acelerado” não significa dizer “unicamente acelerado”, ou seja, a própria colocação deste autor, permite

Para melhor fundamentar o argumento, Warren Dean aponta que:

Por volta de 1850, à onda de cafezais penetrara o lado paulista do Vale do Paraíba e estendera-se até a região de Campinas, além da capital da Província. À proporção que se efetuava a penetração do quase desconhecido interior de São Paulo, descobriu-se que ali estava o futuro do café, pois ao longo dos espinhaços que se erguiam entre os tributários do Rio Paraná, bem para dentro, se encontrariam os solos mais adequados à sua cultura. (DEAN, 1976, p.09)

Ainda, voltando a Sérgio Silva:

Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial, ao nível das operações de beneficiamento do café). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. (SILVA, 1981, p.50)

Com isso, percebe-se que as condições favoráveis à produção cafeeira na região de São Paulo relacionaram a atividade do café como centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Pode-se inferir, desta maneira, que o capital subordina o trabalho às condições técnicas do modo de produção capitalista – indicando segundo Cardoso de Mello (1988) “a revolução das forças produtivas pelas relações capitalistas” (p.31) - nestas circunstâncias a explicação da industrialização do Brasil pode ser entrelaçada com a industrialização da região de São Paulo.

Ademais, sobre a região de São Paulo, na análise de Wilson Cano “café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças, cresciam, assim, dinâmica e

inferir que havia um pólo de desenvolvimento industrial, mas que não era exclusivo, conquanto fosse mais avançado.

integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista” (CANO, 1983, p.19-20).

Ou seja, a economia paulista detinha um centro polarizador interno, que concentrava recursos para se investir na região, a qual diante das condições favoráveis de sua dinâmica econômica se desenvolvia de maneira a integrar o mercado nacional.²⁰

Nestas circunstâncias, São Paulo transformou-se no centro industrial brasileiro, principalmente a partir de 1930, ou seja, o modelo geral da industrialização brasileira reflete a industrialização de São Paulo, e vice-versa de uma forma geral.

Assim, na observação do debate sobre a industrialização brasileira pode-se perceber que tal processo teve seu início relacionado a São Paulo, seja por meio da atividade cafeeira ou de suas ramificações. Este debate sublinhou, também, que as atividades industriais se aglutinaram num centro polarizador interno, concentrando recursos para se investir no processo industrial da região paulista.

Já no caso de Minas Gerais, o processo de modernização econômica ocorreu por volta do século XIX, quando as plantações de café, principalmente, passaram a fazer parte das atividades econômicas do estado (além da produção açucareira e de uma disseminada produção manufatureira e de uma produção de gêneros de subsistência).

A principal região cafeeira no estado de Minas Gerais desenvolveu-se na Zona da Mata, onde se concentrava a quase totalidade da produção cafeeira do estado. A obra de João Heraldo Lima, “Café e indústria em Minas Gerais, 1870 - 1920” aponta que o modo de produção da economia mineira era de base escravista, sendo que a acumulação de capital cafeeiro deu-se com baixo nível de produtividade física e econômica.

Segundo Clélio Campolina Diniz²¹, “em Minas Gerais havia uma certa disponibilidade de trabalho escravo, resultante do estoque remanescentes das

²⁰Refletindo também “um emergente mercado nacional de trabalho” com crescimento da renda e geração de empregos – atraindo a população dos estados vizinhos. (CANO, 1983, 102)

²¹DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*/ Clélio Campolina Diniz. – Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

mineradoras, já em São Paulo não havia tal disponibilidade, o que pressionou os produtores paulistas a buscar como alternativa trabalho livre.” (DINIZ, 1981, p.99)

Assim, se faz importante observar as relações econômicas da época, uma vez que quanto maior fosse a produtividade de cafezais maior seria o estímulo de produzir e este aumento da produção significaria maior incorporação do trabalho.

Em linhas gerais, se este trabalho fosse o trabalho assalariado, maior espaço se teria para o mercado interno consumidor e atividades relacionadas a este, além de maior acúmulo e retenção de capital na região.

Essa relação aconteceu com o processo cafeeiro em São Paulo, mas não em Minas Gerais, que apresentou uma dinâmica econômica diferente.

Sobre as diferentes condições da atividade cafeeira, João Heraldo Lima afirma que:

É fácil se depreender que, havendo condições de disponibilidade econômica de terras virgens e aptas ao cultivo, essa reposição se dará em condições de maior eficiência e produtividade. Ao contrário, não havendo aquelas condições – isto é, replantio em terras virgens – esse investimento de reposição, no caso de haver condições econômicas para sua efetivação, terá produtividade sabidamente inferior ao outro. Em São Paulo essas condições eram favoráveis. Havia terras disponíveis, com topografia que favorecia a introdução de métodos de cultivo mais racionais e equipamentos agrícolas. Deve-se ressaltar, ainda, que também em São Paulo havia introduzido o trabalho assalariado, criando, portanto, as condições para um desenvolvimento capitalista, fato esse que Minas se apresentaria com muito menor intensidade. (LIMA, 1981, p.18)

Além disso:

Quanto aos estímulos <<para trás>> proporcionados pelo café, mais uma vez não se detecta nada de muito importante. Enquanto em São Paulo se instalaram fábricas para a produção de máquinas de beneficiamento de café - a *Lidgerwood*, a *MacHard* e a *Arens*, por exemplo – em Minas isto se limitou ao surgimento de pequenas oficinas de reparo. (...) Assim, a indústria mineira, ao contrário da paulista, não era tão exclusivamente vinculada à economia cafeeira. Dado que o café se localizava nas regiões da Zona da Mata e Sul (nesta época, ainda era pequena a produção do Sul). (LIMA, 1981, p.78)

Minas Gerais não detinha condições geográficas favoráveis a produção do café, seja devido a sua topografia acidentada, pela baixa fertilidade do solo; bem

como, no aspecto social, pela reduzida relação propriamente capitalista na época. É importante, deixar claro, que Lima (1981) retrata acima que a indústria mineira “não era tão exclusivamente vinculada à economia cafeeira”, mas não significava que não existia.

Em suma, para o autor, a região de São Paulo conhece “não apenas as incursões de sua burguesia cafeeira por outros ramos da atividade econômica, mas também a própria origem da burguesia industrial, coisas que se fundem num mesmo processo”. (LIMA, 1981, p.83)

Nesse sentido, o café apesar de ter sido uma atividade importante para a região mineira, seu acúmulo de capital não ocasionou articulações com o espaço econômico de Minas “como um todo” (LIMA, 1981). Dado que sua relação econômica atendia basicamente a demanda local, leia-se em especial, a Zona da Mata.

Diante destas circunstâncias, a produção cafeeira mineira não foi vinculada à atividade industrial de uma forma abrangente, como aconteceu na região paulista.

Reforça-se a compreensão de que São Paulo obteve as condições internas de sua região favoráveis à atividade cafeeira, o que aconteceu em menor proporção em Minas Gerais. Vale dizer, o processo industrial mineiro não estava intrinsecamente relacionado com a atividade cafeeira dada suas “frágeis bases da acumulação de capital”, para se investir asseguradamente em seu processo industrial.

Numa análise geral, a região de Minas Gerais não contava com uma atividade econômica dominante. No sentido de articular com as outras atividades econômicas internas da região e proporcionar sólidos recursos para se investir na industrialização regional. O que distanciava o desenvolvimento mineiro do modelo da industrialização geral.²²

²² Vale uma ressalva de que, quando dizemos que a economia mineira não estava articulada em torno do complexo cafeeiro, isto não significa dizer, que não havia industrialização, mas sim, que as atividades econômicas de Minas, principalmente o seu lucro, (acúmulo da produção) era polarizado para fora do estado.

Campolina Diniz (1981) já chamava atenção para o processo de industrialização mineira que, “um mercado disperso correspondia a atividades econômicas dispersas”.

Assim, a literatura econômica mineira observa que Minas aparentemente carecia de um centro polarizador interno e integrado, a fim de dinamizar sua economia.

Em relação ao espaço geográfico mineiro:

O oeste e o sudoeste, o triângulo e o sul são extensões lógicas do interior de São Paulo, ao qual o primeiro esteve ligado juridicamente até 1816, e ao qual todos ainda estão ligados econômica e culturalmente. A maior parte do vale do rio São Francisco geograficamente faz parte do sertão brasileiro, que se alonga além da Bahia e Pernambuco, atingindo o Ceará. De fato, a parte norte de Minas foi administrada a partir de Salvador até o presente século. O oeste pertencia à fronteira colonial do gado, estendendo-se da Bahia a Goiás. No sudeste, a zona da Mata gravitava para o porto da cidade do Rio de Janeiro, desde o início do “boom” do café em 1830. E, além da fronteira da zona leste, o pequeno estado do Espírito Santo isolava os mineiros do mar, como era o desejo de Portugal. (WIRTH, 1982, p. 43)

Ao estudar o contexto histórico regional de Minas Gerais, desde o século XIX, John Wirth²³ enfatiza o mosaico mineiro como o “elemento de identidade regional distinta”, composto de zonas bastante diferenciadas entre si; com dispersão parcial da população e sem um centro urbano polarizador em Minas Gerais, ou seja, nesta concepção Minas detinha várias regiões dentro da mesma região, com ausência de uma dinâmica econômica homogênea, no sentido de integrar seu mercado interno.

Nestas circunstâncias, observamos que um dos percalços da região, não era a falta de um centro polarizador, mas sim, a falta de um centro polarizador interno. Pois em Minas Gerais existiam vários processos econômicos, porém estes eram polarizados externamente.

Com isso, Diniz (1981) chama atenção, para a necessidade de um centro polarizador interno, que retesse o acúmulo de capital da produção mineira, para se investir em sua região.

²³WIRTH. John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*/ John D. Wirth; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos brasileiros; v.50)

Para o autor:

Como as atividades econômicas eram dispersas, assim também, o era o sistema elétrico. Não havia grandes usinas, nem tampouco grandes centros urbanos-industriais. Ambos eram consequência de um mesmo fenômeno: dispersão geográfica das atividades. A maioria das indústrias, que se instalavam no Estado, era obrigada a fazer o esforço de montagem de sistemas elétricos próprios, o que dificultava e encarecia os investimentos industriais, como demonstra a grande presença de auto-produtores de energia elétrica em Minas” (DINIZ, 1981, p.115-116).

Ainda, diante deste contexto histórico, segundo Dulci, “a transferência da capital mineira para Belo Horizonte também no século XIX, foi uma das medidas para se tentar integrar o centro regional mineiro”, a qual “a nova capital deveria não só articular o fluxo comercial das diversas partes do estado, mas servir igualmente de pólo de desenvolvimento industrial” (DULCI, 1999, p. 41).

Em linhas gerais:

A carência de vias de transporte e de meios de comunicação era reiteradamente apontada como fator de atraso econômico, na medida em que dificultava o intercâmbio entre as diversas partes do estado; o isolamento de algumas zonas as mantinha praticamente limitadas à produção para subsistência; outras faziam parte do mercado, mas gravitavam em torno de pólos comerciais de fora, em parte devido ao fato geográfico de que Minas depende dos portos do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo para exportar e importar. Assim, a estrutura econômica mineira aparecia como uma colcha de retalhos, sem suficiente integração orgânica de suas atividades. (DULCI, 1999, p. 39)

Minas Gerais, além dos problemas da atividade econômica, seja no contexto histórico ou geográfico, também apresentava problemas na questão demográfica. Vale dizer, perdia mão de obra, por meio da migração, em especial para a economia paulista.²⁴

Conforme Dulci, “nestas circunstâncias de desvantagens econômicas em relação a São Paulo, que principalmente por meio do café, ia construindo seu processo industrial” (DULCI, 1999, p. 75). Ou seja, reunindo melhores condições para polarizar

²⁴Wirth (1982) observa que esta perda “perda de substância” – perda de população para outros estados significava perda de eleitores e prestígio de sua oligarquia.

o novo modelo de acumulação de base industrial, que se ingressava o país, restringia o estado de Minas no “circuito de mão de obra excedente para seu Estado, por meio da emigração”.

Nas palavras de Diniz (1981), além das exportações relacionadas ao café, existiam em Minas, nas primeiras décadas do século XX, “atividades relacionadas à pecuária, ao queijo, vários produtos agrícolas, fumo, indústria têxtil, siderurgia, entre outras.” (DINIZ, 1981, p. 113).²⁵

Sobre estas atividades econômicas da região, a literatura econômica mineira relaciona que, não se tinha base para a produtividade mercantil, pois geralmente eram destinadas ao abastecimento interno. Já em relação a outras atividades que não eram direcionadas para o consumo interno, como por exemplo - a siderurgia - relacionava-se em torno de pólos comerciais para fora. Pois o estado dependia dos portos de outras regiões para exportar e importar. Portanto, notamos que Minas Gerais também se caracterizava por outras atividades econômicas além do café. Entretanto, segundo a literatura, não se tinha a mesma dinâmica e pujança que a atividade cafeeira.²⁶

Até agora abordamos os estudos clássicos sobre Minas Gerais que tentam argumentar como a região mineira se diferencia do processo industrial da região que é conhecida como o modelo de industrialização brasileira, ou seja, São Paulo. Percebe-se que as atividades econômicas de Minas Gerais não eram exclusivamente relacionadas ao café. Tanto que vimos acima, várias questões que impediram o seu fortalecimento das bases capitalista de acumulação de capital por meio desta atividade econômica no estado.

²⁵Sobre a questão da indústria têxtil, ver mais em: OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. Indústria Têxtil Mineira no Século XIX. In: SILVA, Sergio S., Szmrecsányi, Tamas. *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. Revista. São Paulo: Hucitec, 2002.

²⁶No quesito siderurgia, Diniz (1981) relata que esta vocação industrial mineira” voltada para a “mineração e metalurgia”, detinha dificuldades de fixação no Estado, devido às necessidades técnicas, de transporte e de grandes requisitos de capitais, adversos a um sistema industrial mineiro incipiente”. Reforçando que “embora o capital estrangeiro tenha sido precoce em Minas, a partir de 1920, os investimentos industriais – por exemplo: a criação da companhia Belgo-Mineira -, limitou-se em atividades estritamente vinculadas aos recursos naturais. Investir na questão siderúrgica exigia grande volume de capital e era tecnologicamente complexo, além da necessidade de infra-estrutura econômica, que Minas Gerais não possuía.

4. BENEDITO VALADARES E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS (1933-1945)

“Estou rouco de tanto ouvir.”
Benedito Valadares²⁷

Portanto, como demonstramos até aqui, Minas Gerais não detinha de uma produção dominante capaz de criar um mecanismo de reinvestimento para sua industrialização. Assim, partimos da ideia que, existem várias trajetórias de industrialização e que em detrimento desta desarticulação mineira, caberia uma articulação em conjunto da base política e econômica para tentar alavancar seu desenvolvimento.

As tendências internacionais e nacionais do período sejam o colapso financeiro de 1929 e a crise cafeeira que já perpassava no Brasil contribuíram para arrefecer a economia do estado. O governo de Benedito Valadares se mostrava consciente sobre o fato, tanto que o próprio Benedito afirmava que “produzir muito e de tudo, é a chave de solução do problema econômico mineiro” (VALADARES, 2006, 56).

Segundo Dulci (1999):

O saneamento financeiro envolveu medidas de emergência, principalmente o chamado Empréstimo Mineiro de Consolidação, negociado com três grandes bancos sob a garantia de títulos do Tesouro, que visava a atender à dívida acumulada pelo Estado. (DULCI, 1999, p. 63)

Com recursos escassos para realizar a diversificação produtiva necessária para o desenvolvimento mineiro, Benedito Valadares realizou uma modernização da estrutura administrativa do Governo Estadual. Começando pelo com o desdobramento da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e da Secretaria de Viação e

²⁷VALLADARES. B. *Tempos idos e vividos: memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Obs: em alguns livros, encontramos o nome do autor, escrito da forma “BenedictoValladares Ribeiro”, porém por questões didáticas, vamos nos referir apenas à escrita “Benedito Valadares Ribeiro”.

Obras Públicas, em abril de 1935.

Segundo Valadares “copiou-se parcialmente o modelo de administração federal, separando a Secretaria da Indústria, Comércio e Trabalho, da Secretaria da Viação e Obras Públicas” (VALADARES, 2006, p. 42). Julgando que a secretaria tinha atribuições demais, na reforma administrativa de 1934 sugeriu ao interventor para “melhor gerir os recursos e alcançar melhores resultados ao desenvolvimento econômico mineiro” que a pasta fosse desmembrada em duas (VALADARES, 2006, p. 111).

Barbosa (2012)²⁸ observa uma nova organização do setor público, “essencialmente *valadarista*” voltada para o desenvolvimento econômico regional. Argumentando que, a separação da secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho uma de suas várias funções era a de fomentar e fiscalizar as atividades relativas à indústria, bem como, direcionar as explorações industriais.

Já a Secretaria de Viação e Obras Públicas desempenhava serviços administrativos e técnicos e era responsável pela viação férrea, fluvial, aérea e de rodagem; pela construção e conservação de edifícios públicos, pontes, linhas telegráficas e telefônicas; pela criação da carta geográfica; pela demarcação de limites interestaduais e intermunicipais; pelo saneamento e pela assistência técnica dos municípios²⁹.

Sobre a questão da infra-estrutura, a atuação do Estado pode ser conferida:

O plano rodoviário aprovado no Governo Olegário Maciel, em 1924, seguido pelos governos Melo Viana, Antônio Carlos e Benedito Valadares, estabeleceu como previsão a implantação de um sistema de rodovias radiais que permitissem a articulação da capital com as várias regiões do Estado. A criação da Rede Mineira de Viação, por incorporação das estradas de ferro

²⁸ BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

²⁹Ver mais em: Inventário do Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas
www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colectoes/SVOP/INVENTARIO_DO_FUNDO_SECRETARIA_DE_VIACAO_E_OBRAS_PUBLICAS_FINAL_ENCAD_E_NAO_ENCAD.pdf acessado em 09/12/2013

Oeste de Minas, Rede Sul Mineira e Estrada de Ferro Paracatu, em 1931, refletia as mesmas preocupações, visando-se articulá-las com um porto de mar, Angra dos Reis, por onde se pudesse escoar a produção. (DINIZ, 1981, p.107)

O governo atuou em várias construções no tocante à infraestrutura, conferindo o sentido estratégico para a modernização regional. Permitindo a articulação de Belo Horizonte com as várias regiões do estado, a fim de transformá-lo em um centro econômico dinâmico.

No início da sua gestão, Bendito Valadares direcionou a agricultura, como o instrumento do progresso:

Implantou a Fazenda Escola Florestal, a Escola de Laticínios “Cândido Tostes”, de Juiz de Fora, e a Escola das Indústrias derivadas da produção vegetal, de Itajubá. Modernizou o trabalho agrícola e pecuário, mediante a implantação de indústrias de base, a mecanização e a importação de equipamentos. (MELO, 2001, p. 27)

Experimentado o esforço de diversificação agrícola, na tentativa de crescimento e geração de empregos, chega-se à tentativa da industrialização em Minas Gerais.

De acordo com Barbosa (2012), “além disso, cumpre destacar a importância assumida pelo Banco Mineiro da Produção que, como órgão público, passou a ser relevante instrumento de fomento da produção rural de Minas no período” (BARBOSA, 2012, p.232). Promovendo em boa parte o desenvolvimento agrário mineiro por meio de empréstimos aos lavradores, beneficiando a produção, como uma forma de se obter melhores preços no mercado.

No final dos anos 1930, teve-se a experiência da “montagem de um sistema energético de propriedade governamental”, com o ideário da construção da Usina de Gafanhoto que foi inaugurada em 1946 (DINIZ, 1981).

Como parte da estratégia estadual para o problema da necessidade de energia elétrica para dar suporte à industrialização, em 1940 Valadares começou a construir o primeiro pólo econômico de Minas, a Cidade Industrial de Contagem, com o objetivode superar a fama de que Belo Horizonte era “uma cidade de Funcionários” e

também para impulsionar o “desenvolvimento mineiro”. (Monteiro, 1994)

Conforme Diniz (1981):

O lançamento da Cidade Industrial de Contagem, com a respectiva usina hidrelétrica, foi a maior realização do Governo Benedito Valadares (1933-45) no campo econômico, e ao mesmo tempo base para futuras iniciativas estatais. (...) Paralelamente, procedeu-se a uma verdadeira política de promoção e atração de indústrias. (DINIZ, 1981, p. 53)

De acordo com a literatura econômica mineira, a Cidade Industrial de Contagem nasceu como o primeiro projeto sistemático de industrialização do estado. Nestas circunstâncias, a energia elétrica permitiu a construção deste pólo industrial, potencializando a produção mineira.

Em síntese, pela análise de Dulci (1999) o ideário no governo de Benedito Valadares no primeiro momento foi à diversificação agrícola e modernização produtiva³⁰; e posteriormente a construção da cidade industrial de Contagem; perpassando por este caminho, tinha-se o debate do “o projeto da Siderurgia em Minas”, que na época era considerada sua grande aposta para alavancar de vez, a industrialização, porém este quesito não será analisado neste trabalho, pois esta aposta foi derrocada no plano federal brasileiro³¹.

Neste contexto, observa-se que a ação do setor público mineiro em termos de sua formação industrial a partir dos anos 1930 pode ser presenciada na gestão pública estadual do governador Benedito Valadares. Principalmente pelo contexto da época desenvolvimentista, a qual o Estado detinha de maior articulação econômica, ou seja, poderia ser o agente indutivo da industrialização mineira, entrelaçando o papel político com o ideário econômico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁰Segundo Diniz (2012) esta “modernização produtiva” se baseava na proposta chave apresentada por João Pinheiro desde o princípio do século.

³¹Sobre a questão siderúrgica ver mais em: BARROS, Gustavo. O Problema siderúrgico nacional na Primeira República, tese de doutorado, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Este trabalho se dedicou a discussão do processo industrial de Minas Gerais com foco no recorte temporal a partir de 1930, conquanto não deixamos de abordar as pré-condições da temática investigada.

Assim, buscou-se entender o que é retratado na literatura econômica convencional sobre o processo da industrialização brasileira. Esta análise tradicional nos mostrou que por mais que há diferentes interpretações referentes ao contexto, todas elas perpassam pela atividade cafeeira para se explicar a industrialização do país.

Paralelamente, levantou-se que o modelo que é construído para se estudar a industrialização brasileira é sinônimo da região de São Paulo, o qual se torna o centro industrial do país. Nestas circunstâncias, o processo de industrialização paulista, - propriamente dito -, é o reflexo do processo do desenvolvimento capitalista nacional, porém o modelo paulista não explica o resto do país. Assim, para entender o processo industrial mineiro, fizemos o primeiro raciocínio de tentar posicionar o modelo tradicional da industrialização brasileira na região de Minas.

Passamos pelo caminho da atividade cafeeira mineira e percebemos que esta não surtiu grande acúmulo de capital, como ocorreu em São Paulo. Depois analisamos a necessidade de um centro polarizador interno para dinamizar o potencial econômico de Minas, bem como, percebemos seu contexto social de fraca base na relação capitalista, dentre outros.

Em outras palavras, nos apoiamos na literatura econômica mineira, desta temática, justamente para mostrar que a industrialização de Minas não poderia percorrer o mesmo caminho de São Paulo. Ou seja, a industrialização de Minas Gerais não poderia ser compreendida na interpretação geral do Brasil, pois a região mineira apresenta características próprias, sua estrutura produtiva, seu contexto histórico, sua geografia, são singulares.

Este ponto da pesquisa foi muito importante para demonstrar que existem diferentes trajetórias da industrialização no Brasil, e não apenas o modelo geral. Isto não é uma crítica de como se interpreta a industrialização brasileira; mas sim, uma ponderação de que precisamos fazer questionamentos ao se estudar esta temática.

Então, para se compreender o processo da industrialização mineira na ausência de fatos contingenciais e dadas às circunstâncias do contexto estadual, nacional e internacional a partir de 1930, que segundo a literatura é marcado pelo novo modelo de acumulação nacional - industrial -, observamos a tentativa de se desenvolver a economia mineira por meio do exercício do governo.

Analizamos a gestão pública do governador de Minas Gerais da época, Benedito Valadares Ribeiro (1933-1945). Nosso objetivo foi mostrar que em detrimento da desarticulação industrial mineira, caberia uma articulação em conjunto da base política e econômica para tentar alavancar seu desenvolvimento.

Neste contexto, observamos que a ação do setor público mineiro em termos de sua formação industrial, a partir dos anos 1930, pôde ser presenciada na gestão pública estadual do governador Benedito Valadares. Na qual, o estado de Minas se propôs a organizar um mecanismo de construção de desenvolvimento econômico, que devido ao baixo desenvolvimento econômico apoiou-se nas características do governo intervencionista para dar suporte à acumulação industrial mineira.

Torna-se interessante, como próximo passo da pesquisa, dada a estratégia do governo de Benedito Valadares, ou seja, da separação da Secretaria da Indústria Comércio e Trabalho, da Secretaria da Viação e Obras Públicas. Analisar a Secretaria da Viação e Obras Públicas. Por meio do Arquivo Público Mineiro, que proporciona um vasto material de pesquisa e análise a seu respeito. Principalmente documentos relacionados à construção de estradas de rodagem, nos anos de 1933 a 1945. Pois esta era a secretaria responsável pela execução das obras públicas estaduais. Analisando este item, por exemplo, teríamos mais clareza na objetividade do governo, em relação à consciência e prioridade do desenvolvimento de Minas Gerais na época.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização. Editora: Brasiliense, São Paulo, 1981.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARROS, Gustavo. O Problema siderúrgico nacional na Primeira República, tese de doutorado, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949 – Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. – 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Editora T.A. Queiroz, São Paulo, 1983.

DEAN, W. 1976. A industrialização de São Paulo. 2ª ed. São Paulo, DIFEL/EDUSP.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*/ Clélio Campolina Diniz. – Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, O. S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte; Ed. UFMG, 1999.

FISHLOW, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, 1972.

FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. Revista Economia Política, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.

FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo, Nacional, 1981.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Memória, Política e Tradição Familiar: os Pinheiros das Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Minas e o fundamento do Brasil Moderno. Belo Horizonte: UFMG, 2005 . p.79-108.

IGLÉSIAS, Francisco. *Breve história econômica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, publicação avulsa, s/d.

KEYNES, J. M. (1936). Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983.

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais. In SZMRECSÁNYI, Támas& LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) História econômica da Independência e do Império. São Paulo, HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 2002.

LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais, 1870 – 1920. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume 1. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MELLO, J.M. C. O Capitalismo Tardio. Brasiliense, São Paulo, 1988.

MELO, José Tarcísio de. Governadores, escola de vida pública – Benedicto Valladares Minas Gerais/abril/ 2001 – nº4

Monteiro, Norma de Goés. Dicionário Biográfico de Minas Gerais. Período Republicano 1889/1991 volume 02 – Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. Indústria Têxtil Mineira no Século XIX. In: SILVA, Sergio S., Szmrecsányi, Tamas. História Econômica da Primeira República. São Paulo, HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 2002.

PELAEZ. C. M. História da industrialização brasileira. Rio de Janeiro: Apec, 1972.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1981.

SUZIGAN. W. Indústria brasileira origem e desenvolvimento. Nova edição – São Paulo: Hucited. Ed. Da Unicamp, 2000.

TAVARES, M.C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 7ª ed. Rio de Janeiro. Ed: Zahar, 1978.

VALLADARES. B. Tempos idos e vividos: memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F.R. e BARROS, J.R.M., org. Formação econômica do Brasil. São Paulo, 1977.

VILLELA, A. e SUZIGAN, W. Política de governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

WIRTH. John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*/ John D. Wirth; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos brasileiros; v.50)